

## Ações no STF ameaçam contas de Bolsonaro

Por Carla Araújo e Beatriz Olivon  
| De Brasília

Dois processos bilionários da União no Supremo Tribunal Federal (STF) podem impactar as contas do governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro, já em 2019. Um deles pode ser julgado na quinta-feira, sobre precatórios. Já as ações sobre o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) só não foram julgadas na semana passada por causa do prolongamento do julgamento sobre o indulto natalino.

As ações sobre o Fundef têm grande relevância para os Estados. Em novembro, um dia antes da data prevista para julgamento, um grupo de governadores foi até o Supremo para participar de audiências com os ministros sobre a ação.

Os embargos, na verdade, apenas postergam o pagamento que já está definido pela instância máxima do Judiciário e faz com que a União adie o compromisso. Se forem votados neste ano, entram obrigatoriamente no Orçamento da União na rubrica de "pagamento de decisões judiciais". Caso a discussão seja encerrada antes de 31 de julho no ano que vem, o valor devido também aparecerá no Orçamento de 2019.

Os embargos de declaração no Supremo acabam dando um fôlego para a União até o pagamento. A conta do Fundef já é de conhecimento do Ministério do Planejamento, mas o pagamento pode ser um problema por causa do débito fiscal.

Antes da decisão é possível negociar com os Estados como os valores serão repassados, como por meio de abatimento da dívida, emissão de títulos ou outros meios. "Vai depender da política do próximo governo, de que forma vão querer trabalhar e priorizar gastos", disse uma fonte que acompanha o assunto.

No ano passado, o Supremo decidiu que a União deve compensar Estados com repasses do Fundef. No julgamento, a maioria dos ministros do STF considerou que o governo federal calculou de forma equivocada o valor a ser repassado pela União aos Estados.

Com isso, a Corte determinou o ressarcimento da verba aos cofres de quatro unidades de federação: Bahia, Amazonas, Sergipe e Rio Grande do Norte. No julgamento, a então presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, afirmou que, apesar de a decisão ser para quatro Estados, em outras ações semelhantes que viessem a ser propostas por outras unidades da federação, o relator poderia decidir monocraticamente, sem levar o processo ao plenário.

Apesar da definição da tese sobre o fundo, ficou pendente o julgamento dos embargos de declaração, recurso que não é usado para mudar o mérito, mas pode fixar um limite temporal para a aplicação da decisão. Na época, a Advocacia-Geral da União (AGU) estimava que a decisão custaria mais de R\$ 50 bilhões, por causa da correção no cálculo. Agora, o valor atualizado chega a R\$ 80 bilhões, segundo fonte.

O outro processo está na pauta desta quinta-feira. Os ministros vão analisar outros embargos de declaração, em recurso sobre precatório. O impacto pode chegar a R\$ 7 bilhões, segundo a AGU. O caso discute os índices de correção monetária e os juros de mora a serem aplicados nos casos de condenações impostas contra a Fazenda Pública. O valor terá que ser pago pela União caso seja determinado que as contas de liquidação e/ou em fase de execução antes da expedição dos precatórios sejam corrigidas monetariamente pelo IPCA-E desde julho de 2009.

Conforme mostrou o Valor no mês passado, um relatório de riscos fiscais enviado pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que apenas 60 ações em curso na Justiça que envolvem a União e cinco que envolvem autarquias e fundações podem impactar em pelo menos R\$





510 bilhões para os cofres do governo do presidente eleito.

O levantamento, obtido pelo Valor, aponta ainda que apenas os cinco processos têm potencial de gerar impactos fiscais de mais de R\$ 200 bilhões apenas no primeiro ano de governo. AAGU lida atualmente com mais de 20 milhões de processos, ou seja, o rombo em potencial pode ser muito maior.

Questionada se repassaria as estimativas ao futuro governo, a AGU informou, por meio de sua assessoria, que apresenta ao Tribunal de Contas da União, anualmente, as principais ações que apresentam riscos de natureza fiscal. "Muito embora os valores sejam expressivos, e que demandem uma atuação estratégica, é importante destacar que a AGU tem alcançado elevado grau de sucesso", diz o órgão.

Segundo prestação de contas apresentada no final de outubro de 2018, nos últimos dois anos "a Advocacia-Geral da União evitou, com suas vitórias em juízo, que aproximadamente R\$ 1,4 trilhão saísse dos cofres públicos por força de decisões judiciais desfavoráveis", completa a nota.

## Congresso quer aprovar 16 projetos antes do recesso

Por Raphael Di Cunto | De Brasília

Com apenas mais três semanas para o fim desta legislatura, Câmara e Senado aceleram a discussão de projetos e 16 propostas pautadas têm alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

Têm chance alta de aprovação, a regulamentação do distrato imobiliário, a mudança na relação financeira entre Banco Central (BC) e Tesouro Nacional e a securitização das dívidas dos Estados e municípios. Todas estão em fase final de tramitação.

No Senado, o projeto que permite à Petrobras vender seu direito de explorar a área da cessão onerosa do pré-sal e o leilão do

excedente de petróleo encontrado na região e a proposta que mantém a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com base na estimativa populacional de 2018 para o próximo ano tem alta probabilidade de virarem leis.

Os demais projetos estão na Câmara. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) discute três propostas em caráter conclusivo: a regulamentação do regime jurídico de multipropriedade; a mudança na relação entre BC e Tesouro; e a gestão e fiscalização compartilhada do orçamento.

No plenário da Câmara, ganharam regime de urgência projetos que permitem aos municípios descumprirem o limite de gastos com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quando houver queda de receita superior a 10% nos repasses da União, a securitização da dívida dos Estados e a regulamentação da multa para quem desiste de comprar um imóvel.

Também serão votadas no plenário, as propostas que garantem às mulheres o direito de fazer cirurgia reparadora no SUS nas duas mamas após o câncer na região, que permitem a ausência no trabalho para exames preventivos de câncer e que tornam obrigatório o armazenamento eletrônico de prontuários de pacientes.

Duas medidas provisórias estão na pauta de votação da Câmara: abertura de linhas de crédito para santas casas e hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS e a criação de fundos patrimoniais para estimular doações privadas a projetos de interesse público.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

## Governo Jair Bolsonaro confirma 22 ministérios, 7 a mais do que prometido

Funai deve se subordinar à Agricultura e Comunicação será fatiada entre Bebianno e assessor especial

Talita Fernandes, Laís Alegretti e Bernardo Caram

Brasília- O governo de Jair Bolsonaro terá 22 ministérios, 7 a mais do que os 15 prometidos durante a campanha eleitoral.

O futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, apresentou na tarde desta segunda-feira (3), a estrutura que será adotada na Esplanada no ano que vem.

Dos atuais 29 ministérios, sete deixam de existir: Segurança Pública, Desenvolvimento Social, Trabalho, Cultura, MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Planejamento, Esporte, Integração Nacional e Cidades.

Essas pastas foram fundidas com outras, caso de Justiça e Segurança Pública, e outras, rebatizadas, como Transporte, que ganhou o nome de Infraestrutura. Foram criados ainda dois ministérios, como Cidadania (que unificou Desenvolvimento Social, Esporte, Cultura e parte do Trabalho) e Desenvolvimento

Regional (Integração Nacional e Cidades).

Até o momento, foram anunciados os nomes de 20 ministros. Os dois restantes devem ser definidos nesta semana.

Bolsonaro ainda não divulgou os futuros chefes de Meio Ambiente — para o qual estão cotados Xico Graziano e Ricardo Salles — e de Direitos Humanos, que pode ser comandado pela advogada Damares Alves, assessora do senador Magno Malta (PR-ES).

Onyx afirmou que a estrutura de algumas secretarias e órgãos subordinados aos ministérios ainda não foram definidos, caso da Funai. Segundo ele, o mais provável é que a estrutura seja assumida pelo Ministério da Agricultura, que será comandado pela deputada ruralista Tereza Cristina (DEM-MS). "A Funai está em processo de definição, deve ir para a Agricultura. Não está definido", disse.

Questionado sobre os motivos da transferência da estrutura da pasta da Justiça para a Agricultura, Onyx disse que a Funai precisa de novo direcionamento.

"O Brasil, há muitos anos, cuida

dos seus índios através de ONGs, que nem sempre fazem o trabalho mais adequado. A população indígena tem reiterado que quer liberdade e independência, mantendo suas tradições. A visão que o presidente tem é no sentido de dar condições de que os indígenas que quiserem possam buscar uma outra condição. Isso nunca foi permitido."

Com a apresentação do desenho final da estrutura do governo no próximo governo, Onyx confirmou que o Trabalho perderá o status de ministério e será distribuído em três pastas: Cidadania (Osmar Terra), Economia (Paulo Guedes) e Justiça e Segurança Pública (Sergio Moro).

Na lista dos 22 órgãos com status de ministério, dois são tratados como transitórios pelo futuro governo: Banco Central e AGU (Advocacia-Geral da União).

No caso do BC, segundo Onyx, o status será mantido até que seja aprovado no Congresso o projeto sobre a autonomia da autoridade monetária. Segundo o futuro ministro, essa definição deve ficar para 2019.

"O entendimento que temos é de não sobrecarregar o Congresso neste momento com nenhuma





demanda, até porque nosso governo começa no dia primeiro de janeiro."

Sobre a AGU, ele não definiu prazos e explicou que o órgão ganhou esse status para que ações de primeira instância envolvendo o Executivo federal sejam encaminhadas aos tribunais superiores. Para garantir que isso continue sendo feito mesmo sem o status de ministério, Onyx afirmou que o governo vai trabalhar com uma alteração na Constituição.

A Secom (Secretaria de Comunicação Social), à qual Bolsonaro cogitou devolver o status de ministério, será dividida em duas estruturas. Uma cuidará da comunicação institucional do governo e será subordinada à Secretaria-Geral, ministério que será assumido por Gustavo Bebianno. Segundo Onyx, a parte de contratos está sob os cuidados do general Floriano Peixoto durante a transição, como antecipou a Folha.

A assessoria do presidente e a administração de suas redes sociais ficarão em outra estrutura: uma

assessoria especial ligada diretamente a seu gabinete. De acordo com o ministro, um profissional da área de imprensa deve ser escolhido para o cargo.

O PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), hoje subordinado à Secretaria-Geral, passará à gestão do general Carlos Alberto dos Santos Cruz, que chefiará a Secretaria de Governo.

A relação com o Legislativo será dividida entre a Casa Civil e a Secretaria de Governo. Segundo Onyx, Santos Cruz cuidará de temas federativos, como relação com estados e municípios. Na Casa Civil, ficarão abrigadas duas secretarias, uma que fará a interlocução com a Câmara e outra, com o Senado.

O futuro ministro da Casa Civil disse que será auxiliado na relação com parlamentares por ex-congressistas, entre eles o deputado Carlos Manato (PSL-ES). Ele estima que o futuro governo já conta com o apoio de 350 deputados e de cerca de 40 senadores.





### Estrutura do ministério de Bolsonaro

